


ESTRATÉGIA DE PAISAGEM PARA O SERTÃO DO PAJEÚ, PERNAMBUCO



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APA	Área de Proteção Ambiental (Federal)
CGN	Comitê Gestor Nacional do PPP-ECOS
COMDEKS	<i>The Community Development and Knowledge Management for the Satoyama Initiative Programme</i>
CO2e	CO2 (dióxido de carbono) equivalente
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environment Facility)
ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP-ECOS	Programa Paisagens Produtivas Ecosociais
t	Tonelada

Fotos: Robert Miller, Livia Moura e Isabel Figueiredo.



Estratégia de Paisagem para o Sertão do Pajeú, Pernambuco

**Projeto PPP-ECOS/GEF-7
do Instituto Sociedade,
População e Natureza - ISPN**



ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA



PPP-ECOS
PAISAGENS PRODUTIVAS ECOSSOCIAIS

Sumário

1	Apresentação	5
2	Área prioritária Descrição da extensão e geografia da paisagem	7
3	Análise de Situação Ameaças e oportunidades	9
4	Estratégia da Paisagem Indicadores de Resultados e Impacto	13
5	Tipologia de potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos	17
6	Plano de Monitoramento e Avaliação	19
7	Plano de Gestão do Conhecimento	21
8	ANEXO – Lista de participantes das oficinas de consulta na paisagem	22

Apresentação

A Sétima Fase Operacional do **Programa Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-ECOS)** é implementada pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environment Facility* - GEF). O PPP-ECOS tem como principal objetivo apoiar organizações comunitárias para alcançar a resiliência de paisagens rurais e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o PPP-ECOS está atuando com quatro paisagens prioritárias onde serão apoiados parceiros institucionais estratégicos, responsáveis por apoiar iniciativas de base comunitária e organizações de assessoria na elaboração e execução de pequenos projetos e projetos de consolidação. Estas paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) do PPP-ECOS como paisagens prioritárias a partir de critérios previamente estabelecidos, sendo estes: (1) presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos; (2) possibilidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento); (3) situação socioambiental da região; e (4) logística de acesso. Nessa definição das quatro paisagens, o CGN buscou também um equilíbrio entre Cerrado e Caatinga e entre os Estados.

As ações a serem desenvolvidas em cada paisagem são orientadas por documentos denominados “Estratégias de Paisagem”. Essas estratégias de paisagem visam resumir os principais problemas socioambientais das áreas e definir quais ações o projeto irá apoiar e promover no sentido de melhorar a resiliência destas paisagens. A estrutura dos documentos foi adaptada da nota orientadora da Iniciativa Satoyama do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), onde são apontadas cinco perspectivas para reconstruir e revitalizar paisagens com a gestão da biodiversidade e promoção de atividades de subsistência sustentáveis. Estas perspectivas são:

- Uso de recursos dentro da capacidade de carga e resiliência do ambiente;
- Uso cíclico de recursos naturais;
- Reconhecimento do valor e importância das tradições e culturas locais;
- Gestão de recursos naturais por várias entidades participantes e cooperantes;
- Contribuições para as socioeconomias locais.

As Estratégias de Paisagem são organizadas em 6 partes, que são:

1. Área prioritária (descrição da extensão e geografia da paisagem)
2. Análise de Situação (ameaças e oportunidades)
3. Estratégia da Paisagem (indicadores de Resultados e Impacto)
4. Tipologia de potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos
5. Plano de Monitoramento e Avaliação
6. Plano de Gestão do Conhecimento

As Estratégias de Paisagem foram elaboradas a partir de oficinas de consultas às lideranças e representantes das comunidades das paisagens, e organizações parceiras que atuam na região, durante a preparação do Projeto Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS em 2019 (em anexo verifique a lista de participantes da primeira oficina realizada em

Afogados da Ingazeira, PE). Nessas consultas foram levantadas informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero e acesso às políticas públicas, entre outras), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelo projeto e as bases para um entendimento sobre a situação de cada paisagem. Essas informações subsidiaram a elaboração do projeto submetido ao GEF, e entre março e maio de 2022 elas foram atualizadas por meio de oficinas presenciais nas quatro paisagens (em anexo verifique a lista de participantes da segunda oficina realizada em Afogados da Ingazeira, PE). Esse documento traz, dessa forma, as informações colhidas para a paisagem do Sertão do Pajeú, Piauí e que constituem o cerne desse documento de Estratégia de Paisagem.



Área Prioritária

Descrição da Extensão e Geografia da Paisagem

A paisagem do Sertão do Pajeú se situa no Bioma Caatinga, a maior região de florestas tropicais secas da América do Sul. O rio Pajeú nasce na serra do Balanço, em Brejinho, já nos limites com a Paraíba, a uma altitude de 800m, e depois de percorrer uma extensão de aproximadamente 353 km deságua no lago de Itaparica, formado pela barramento do Rio São Francisco, na divisa com Bahia. Até 2017, a região era denominada pelo IBGE como microrregião do Sertão do Pajeú, abrangendo 17 municípios. Em 2017, O IBGE substituiu as unidades de “microrregião” pela denominação “Região geográfica imediata”, e a microrregião do Ser-

tão do Pajeú foi dividida entre as regiões imediatas de Serra Talhada, com 13 municípios, e Afogados da Ingazeira, com 12 municípios. No entanto, continua a existir a unidade regional criada por meio do programa Territórios da Cidadania pelo Governo Federal, em 2008, que estabeleceu o Território da Cidadania Sertão do Pajeú, composto por 20 municípios.

Para fins da implementação das atividades do projeto PPP-ECOS, a paisagem do Sertão do Pajeú será composta por um grupo menor de 9 municípios, cujos dados são resumidos na Tabela 1, a seguir.

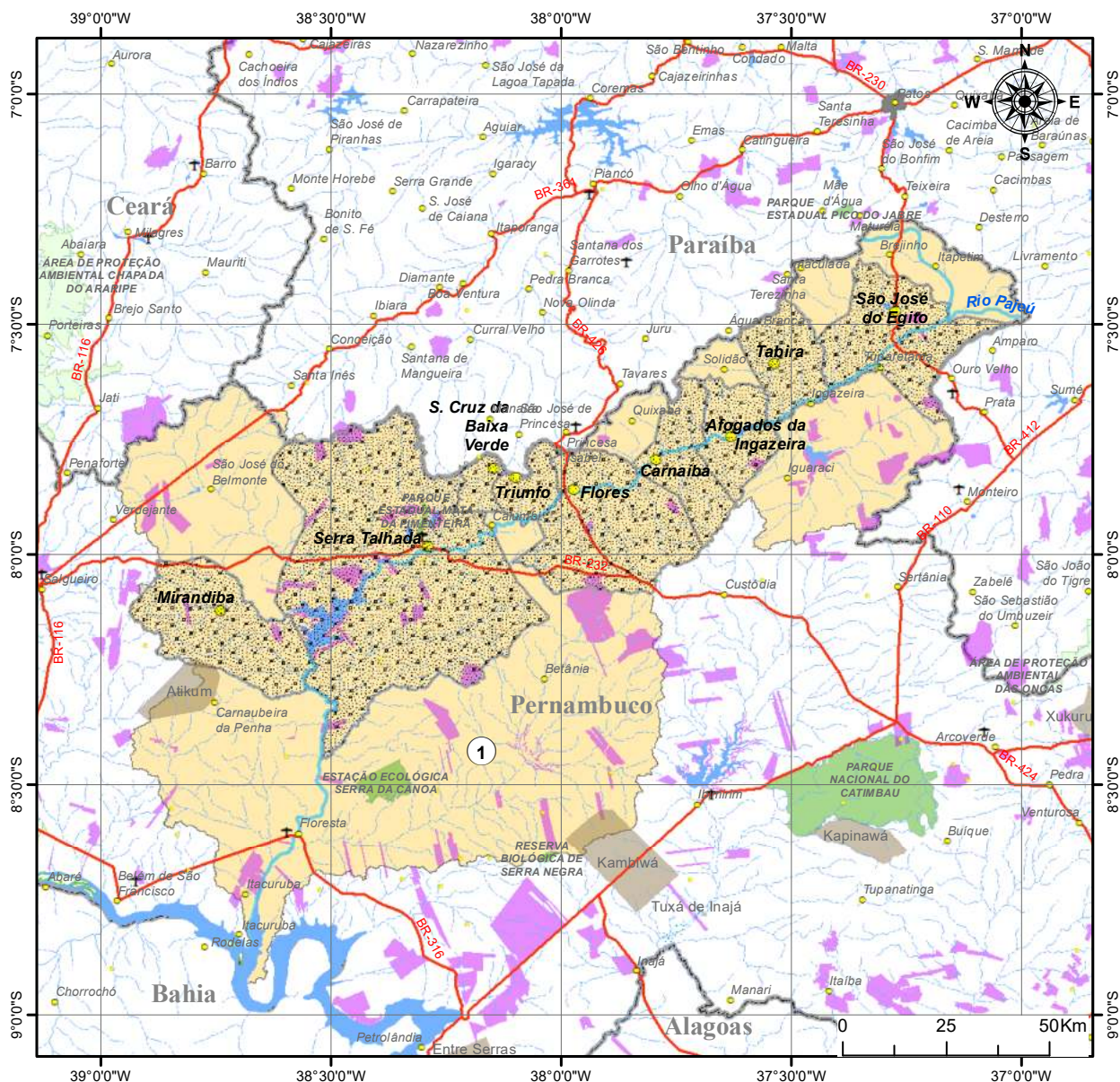
Tabela 1: Informações demográficas dos municípios que compõem a paisagem do Sertão do Pajeú.

Município	População estimada (IBGE)	População não urbana (IBGE 2010)	População urbana (IBGE 2010)	Área do Município (ha) (IBGE 2017)
Afogados da Ingazeira	37.546	7.686	27.402	37.769
Carnaíba	19.666	10.950	7.624	42.780
Flores	22.612	12.805	9.364	99.560
Ingazeira	4.537	2.040	2.456	24.370
Mirandiba	15.548	7.167	7.141	82.170
Santa Cruz de Baixa Verde	12.708	6.491	5.277	11.490
São José do Egito	34.210	10.869	20.960	79.890
Serra Talhada	87.467	17.957	61.275	298.000
Tabira	28.860	6.658	19.769	38.800

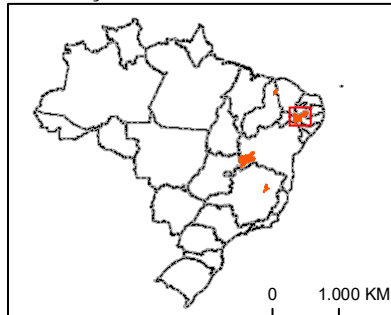
A paisagem do projeto é identificada no mapa a seguir.

EDITAL PPP-ECOS / GEF7

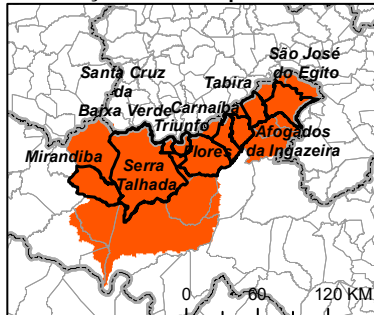
Paisagem do Rio Pajeú



Localização no Estado



Localização no Município



Legenda	
● cidade	Sub-Bacias
● outras localidades	1 Rio Pajeú
 área edificada	 Área de Abrangência
✈ aeroporto/campo de pouso	
— rodovias	
— massa d'água permanente	
— rio permanente	
 municípios	
 Assentamentos	
Unidades de Conservação	
 Proteção Integral	
 Uso Sustentável	
 Terra Indígena	

FONTE DOS DADOS:
1 - IBGE - Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital - bCIMA; 2 - ICMBIO/MMA/FUNAI/INCRA - Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos; 3 - ANA - Sub-Bacias Hidrográficas
Sistema de projeção: GCS SIRGAS 2000



PPP-ECOS
PAISAGENS PRODUTIVAS E COSSOCIAIS



ISPN



Análise da Situação

Ameaças e Oportunidades

A Paisagem do Sertão do Pajeú localiza-se na porção central do bioma Caatinga, com condições mais extremas de aridez e baixa pluviosidade, com grave escassez de água para os agricultores familiares e suas atividades agrícolas. A paisagem é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, com a interligação e trocas entre os espaços cultivados, os quintais e a vegetação natural da Caatinga, onde há a utilização cíclica de áreas para implantação das roças, extração de madeiras para diversos usos (construções, cercas, lenha etc.) e pastoreio de animais, principalmente caprinos. Predominam nas roças culturas como milho, feijão, mandioca, jerimum e melancia, sobretudo para o consumo das próprias famílias, com pouca comercialização dos produtos.

Após um ciclo de cultivo, a área da roça é deixada em pousio para recuperação da biomassa vegetal e da fertilidade do solo. No entanto, após a fase de cultivo é uma prática comum abrir o recinto para permitir que as cabras pastem nos tocos das árvores que brotam. Essa prática pode retardar a recuperação da vegetação da Caatinga, contribuindo para a degradação desse recurso florestal, pois os tocos das árvores, embora resistentes, eventualmente podem sucumbir a um acúmulo de

pressões, começando com o corte, seguido de queimadas e, em seguida, pastejo de brotos. Em solos mais fracos, a degradação da vegetação acaba levando à criação de áreas abertas de solo nu sem vegetação, processo denominado desertificação, questão crítica para o Bioma Caatinga.

Na Paisagem do Pajeú, a posse de gado é vista como um importante componente de status, e requer a transformação de áreas de Caatinga em pastagens plantadas. Essa remoção total da vegetação da Caatinga é um importante contribuinte para a desertificação.

Entre os estados afetados pela desertificação, Pernambuco ocupa o quarto lugar, com 20,8% da área do estado afetada. O Estado de Alagoas, em primeiro lugar, tem, em comparação, 32,8% de sua área afetada pela desertificação.

O quintal das casas é um importante espaço produtivo, tanto para frutas, provenientes de árvores como ata, caju, mamão e manga, entre outras, como de hortaliças, temperos e remédios. O cultivo de hortaliças ao longo de todo o ano é uma prática que vem sendo ampliada devido à existência de tecnologias como cisternas para armazenar água no período da seca. Vem crescendo o reconhecimento

da importância dos quintais produtivos como espaços de empoderamento e protagonismo feminino, contribuindo à economia do lar tanto pelo fornecimento de alimentos como na renda, além das trocas entre domicílios. Quintais e hortas foram fundamentais durante a pandemia para diminuir as dificuldades das famílias.

Pequenos animais como galinhas, capotes, porcos e ovelhas também são componentes importantes do agroecossistema e da renda familiar. O estrume dos animais é insumo para a produção vegetal, principalmente das hortas, que vem sendo ampliadas com a disponibilidade de tecnologias para armazenar água no período da seca. Quanto à alimentação dos animais em períodos críticos da seca, há várias experiências exitosas com a preparação de ração a partir de misturas de produtos agrícolas locais com frutos e sementes de plantas da Caatinga, além da palma forrageira cultivada.

Diversas práticas foram desenvolvidas e disseminadas para melhorar a produção pecuária e também para proporcionar maior resiliência a secas prolongadas. Entre as práticas atualmente em uso estão a fabricação de ração a partir de resíduos de culturas, às vezes com adição de vagens de algaroba (*Prosopis juliflora*), e o plantio de bancos de proteína ou forragem com *Leucaena*, *Gliricidia*, palma forrageira (*Opuntia ficus-indica*), e outros, que são cortados para alimentar os animais em tempos de escassez. Existem também técnicas de manejo da Caatinga, como desbaste e poda de árvores, que visam aumentar a disponibilidade de forragem para os animais.

Deve-se notar que, embora a algaroba, introduzida na região na década de 1940, tenha várias propriedades úteis (vagens, madeira etc.), também é considerada uma espécie invasora extremamente problemática. Tem sido particularmente eficaz na colonização de áreas



ribeirinhas e solos aluviais onde a vegetação original foi degradada pela atividade humana, formando povoamentos densos nestes locais e superando as árvores nativas.

As iniciativas agroecológicas giram em torno de três eixos principais, sendo estes: a produção orgânica, sem uso de produtos químicos; a conservação do solo por meio do uso da matéria orgânica; e a aplicação das “tecnologias sociais” de convivência às condições do semiárido, com o foco no armazenamento da água da chuva e outras práticas que visam o melhor aproveitamento e conservação desse recurso, tal como o reuso de águas cinzas para irrigação de fruteiras no quintal. Em primeiro plano, com a redução no uso de agrotóxicos, as iniciativas agroecológicas vêm trazendo benefícios em relação à saúde dos agricultores e suas famílias, bem como do eventual consumidor, como também da redução da contaminação do meio ambiente. Em segundo plano, há ganhos em relação à sustentabilidade da produção agrícola e sua maior resiliência a variações climáticas – a roça agroecológica, implantada sem queima e com cobertura de matéria orgânica, é menos afetada por uma redução de chuvas (“inverno ruim”). No contexto da paisagem, há outro ganho, que é a redução do fogo como ferramenta de preparação da terra.

Avanços consideráveis têm sido feitos em relação à ampliação do uso dessas tecnologias sociais para convivência com o semiárido, porém, programas a esse respeito têm sido descontinuados no atual governo, de forma que a região segue com grande demanda para a implantação de tecnologias para captação, armazenamento e reuso de água.

Em termos de impactos da pandemia, as medidas de distanciamento social e restrições do comércio dificultaram as vendas diretas da produção dos agricultores/as familiares em feiras. Inovações como a venda por meio de aplicativos e mídia social ajudaram a superar essas dificuldades, mas mesmo assim, em diversas localidades a falta de acesso à internet, ou a aparelhos como celulares (que muitas vezes são compartilhadas entre

membros da família), não permitiu que todos desenvolvessem essas alternativas. Também tem havido uma diminuição de recursos para instituições parceiras dos agricultores, devido à mudança de governo, como também a redução de compras para o mercado institucional, junto com dificuldades na gestão e de funcionamento de algumas políticas públicas como o PAA/PNAE. Essas várias questões impactaram a geração de renda. O poder de compra das famílias brasileiras também reduziu muito nos últimos três anos devido à crise econômica e inflação.

Vários produtos extrativistas são coletados na Caatinga, sendo um dos mais importantes o fruto do umbu (*Spondias tuberosa*), utilizado para consumo doméstico, mas também processado e congelado. Grupos de mulheres também têm trabalhado com a produção de sabonetes com extratos de cascas medicinais, como a aroeira (*Myracrodruon urundeuva*). O artesanato é feito a partir de fibras de plantas como a bromélia caroá (*Neoglaziova variegata*). O mel também é outro produto da Caatinga, tanto de *Apis mellifera* africanizada quanto de abelhas nativas sem ferrão. A produção de mel é um importante incentivo para a conservação de áreas de vegetação nativa como pastagem apícola.

A região tem bastante experiência com iniciativas relacionadas à agroecologia, com a atuação de várias instituições e entidades que compõem a Rede de Agroecologia do Pajeú. Essa rede se articula com outras redes como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, Articulação do Semiárido (ASA) e comitê de bacias. Bancos de sementes crioulas têm sido apoiadas em algumas comunidades, e o apoio a feiras e a certificação de produtores orgânicos têm trazido vários avanços. No entanto, o uso de agrotóxicos e cultivos transgênicos na região permanece um desafio, trazendo impactos como a contaminação de corpos d'água e de lavouras orgânicas vizinhas.

Outros impactos ambientais apontados são o desmatamento da Caatinga pelas grandes indústrias e as queimadas que ainda são práticas comuns dos agricultores. A temática



ambiental e a valorização do bioma Caatinga é pouco trabalhada nas escolas, e há problemas com lixo urbano e rural.

As iniciativas para empoderamento das mulheres têm sido muito importantes na região. Os fogões agroecológicos têm permitido reduzir a carga de trabalho das mulheres e trazer uma renda adicional. Os quintais produtivos têm contribuído tanto para a segurança alimentar das famílias como a geração de renda, representando espaços de autonomia econômica e política das mulheres. No entanto, apesar dos avanços importantes alcançados em relação ao empoderamento das mulheres, houve um aumento da violência doméstica com a pandemia, com maridos perdendo empregos e passando mais tempo em casa, vivenciando tensões. Continua também, em muitos casos,

a sobrecarga do trabalho das mulheres, a dificuldade de participar em cursos fora das comunidades e o menor acesso aos recursos para apoiar a produção familiar.

A produção de artesanato tem sido afetada pelo aumento no preço da matéria prima, ao mesmo tempo em que a demanda diminuiu, afetando a contribuição desta atividade na geração de renda, especialmente das mulheres.

Em relação à organização social, foram apontadas diversas questões, desde as divisões políticas (conflitos) dentro dos assentamentos e das comunidades, a desmobilização dos movimentos sociais, a pouca participação das mulheres nas associações e a falta de interesse e envolvimento dos jovens nas atividades produtivas e no modo de vida rural.

Estratégia da Paisagem

Indicadores de Resultados e Impacto

Existem três aspectos definidores do conjunto de metodologias da Iniciativa Satoyama (COMDEKS) que o PPP-ECOS irá integrar em suas atividades durante a Projeto Sétima Fase Operacional do GEF:

- As organizações comunitárias orientam as estratégias de desenvolvimento rural por meio do planejamento, governança, execução e monitoramento de projetos;
- A governança participativa da paisagem representa uma base eficaz para a organização de abordagens baseadas na comunidade e de múltiplas partes interessadas para a gestão da terra e dos recursos;
- As soluções integradas são efetivamente abordadas no nível da paisagem, pois a escala é grande o suficiente para incluir várias comunidades, processos e sistemas que sustentam os serviços ecossistêmicos, a produção econômica rural e as culturas locais.

Dessa forma, a estratégia de implementação do PPP-ECOS envolverá a assistência a organizações comunitárias na execução e coordenação de projetos que gerarão sinergias ecológicas, econômicas e sociais

que produzirão benefícios ambientais globais maiores e potencialmente mais duradouros, bem como maior capital social e benefícios de desenvolvimento sustentável local.

Em cada uma das quatro paisagens-alvo, o projeto selecionará potenciais parceiros estratégicos locais com os quais trabalhará de perto para implementar as ações do projeto, além de outros pequenos projetos junto às organizações de base comunitária. Por meio de um “projeto estratégico”, o parceiro local irá apoiar as associações na implementação das suas atividades, de modo a garantir a integração entre os projetos e visando a geração de uma mudança substancial na resiliência da paisagem. A organização parceira local deverá ainda promover processos de capacitação e intercâmbios, bem como prestar apoio organizacional e administrativo às organizações de base comunitária da paisagem e ajudar o ISPN no monitoramento dos resultados obtidos. Isso é essencial, pois muitas organizações menores podem não ter capacidade administrativa e organizacional, necessitando de acompanhamento para aprimorar suas próprias habilidades e capacidades nessa área.



Ao mesmo tempo, o parceiro estratégico animará uma plataforma multissetorial, ou em termos mais simples, uma rede, que, além de ser um fórum para discussões e debates em nível de paisagem, também é um espaço para divulgar experiências, lições aprendidas e as melhores práticas de iniciativas anteriores, visando sua ampliação ao longo do projeto. Outro papel dessa plataforma é articular potenciais parceiros e programas para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade encontrados na paisagem.

Caberá também ao parceiro estratégico desenvolver ações pilotos com ações e tecnologias inovadoras na sua região de atuação, e garantir o enfoque de gênero em todas as ações realizadas pelo projeto na paisagem, de acordo com o Plano de Ação de Gênero.

A construção da estratégia da paisagem foi pautada pela macrovisão do projeto que engloba dois Componentes:

- **Componente 1** - Paisagens resilientes para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental global
- **Componente 2** - Governança do cenário e gerenciamento adaptativo para ampliação e replicação.

No Componente 1, são esperados os seguintes resultados:

- **1.1.** Os serviços ecossistêmicos nos biomas Cerrado e Caatinga são aprimorados por meio de sistemas multifuncionais de uso da terra que melhoram a resiliência, a

conectividade ecológica e os meios de subsistência das comunidades.

- **1.2.** A sustentabilidade dos sistemas de produção nas paisagens alvo é fortalecida por meio de práticas agroecológicas integradas.
- **1.3.** Os meios de subsistência da comunidade nas paisagens alvo tornam-se mais resilientes através do desenvolvimento de pequenas empresas comunitárias ecológicas e da melhoria do acesso ao mercado.
- **1.4.** Aumento da adoção (desenvolvimento, demonstração e financiamento) de tecnologias renováveis e energeticamente eficientes a nível comunitário.

No Componente 2, os seguintes resultados são previstos:

- **2.1.** Plataformas de governança multissetoriais fortalecidas/em funcionamento para melhorar a governança das paisagens-alvo para uma tomada de decisão participativa eficaz para aumentar a resiliência socioecológica.
- **2.2.** Integrar e aumentar a contribuição das comunidades locais para a resiliência, conservação e conectividade da paisagem.

O conjunto dos resultados obtidos nas quatro paisagens vai contribuir ao alcance dos indicadores do projeto PPP-ECOS GEF-7, conforme a tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Indicadores do Projeto Sétima Fase Operacional do PPP-ECOS/GEF-7

A) Objetivo geral do Projeto

Objetivos e indicadores de resultados	Linha de base	Alvo final do projeto	Contribuição da Paisagem Sertão do Pajeú
Indicador obrigatório 1: # beneficiários diretos do projeto desagregado por gênero (pessoas individuais)	Havia 64.200 beneficiários (incluindo indiretos) sob a Fase 5 do PPP-ECOS.	12.000 (pelo menos 6.000 mulheres)	2.400 (pelo menos 1.200 mulheres)
Indicador obrigatório 2: # beneficiários indiretos do projeto desagregado por gênero (pessoas individuais)	Havia 64.200 beneficiários (incluindo indiretos) sob Fase 5 do PPP-ECOS	20.000 (pelo menos 10.000 mulheres)	4.000 (pelo menos 2.000 mulheres)
Indicador obrigatório 3: Áreas restauradas (ha)	1.000 hectares de terra foram restaurados sob Fase 5 do PPP-ECOS	2.000 ha	400 ha
Indicador obrigatório 4: Áreas das paisagens sob práticas melhoradas (ha, excluindo áreas protegidas)	952.600 hectares sob práticas melhoradas foram registrados na Fase 5 do PPP-ECOS. No entanto, vale ressaltar que quaisquer atividades realizadas em Terras Indígenas na Fase 5 do PPP-ECOS, levaram em consideração toda a grande área da reserva, devido ao seu regime de posse. Estes estavam em regiões diferentes das paisagens selecionadas neste projeto.	200.000 ha	40.000 ha
Indicador obrigatório 5: Mitigação de emissão de gases de efeito estufa (milhões de t (toneladas) de CO ₂ e)	Direto: 72.000 t CO ₂ e; Indireto: 15.521.269 t CO ₂ e	Direto: 45.467 t CO ₂ e; Indireto: 1.216.876 t CO ₂ e	Direto: 9.094 t CO ₂ e; Indireto: 243.375 t CO ₂ e

B) Componente 1 - Paisagens resilientes que geram desenvolvimento sustentável e conservação ambiental global

Objetivos e indicadores de resultados	Alvo final do projeto	Contribuição da Paisagem Sertão do Pajeú
Indicador 6: Número de associações de comunidades participando do fortalecimento de serviços ambientais no Cerrado e na Caatinga (com pelo menos 40% de mulheres em posições de liderança)	65	11
Indicador 7: Porcentagem de mulheres com melhor participação e tomada de decisão na governança de recursos naturais	50% do total de beneficiários	50% do total de beneficiários
Indicador 8: Número de domicílios (desagregados por liderados por mulheres ou liderados por homens) que adotam práticas sustentáveis (agrossilvicultura, consórcio, colheita de espécies nativas, cobertura morta)	4.900	1.225
Indicador 9: Número de empresas comunitárias de pequena escala com melhor acesso ao mercado (pelo menos 50% das quais beneficiam as mulheres)	10	2
Indicador 10: Número de famílias reportando aumento na renda advindo de pequenos negócios comunitários	Pelo menos 90	20
Indicador 11: Número de mulheres que se beneficiam de benefícios econômicos e serviços de projetos SGP	Pelo menos 300	50
Indicador 12: Número de organizações comunitárias adotando tecnologias renováveis e eficientes de energia	Pelo menos 10	3

C) Componente 2 - Ganho de escala e replicabilidade com a governança de paisagens e o manejo adaptativo

Objetivos e indicadores de resultados	Alvo final do projeto	Contribuição da Paisagem Sertão do Pajeú
Indicador 13: Número de estratégias de paisagem produzidas por meio de discussões com atores de diversos setores	4	1
Indicador 14: Número de organizações comunitárias lideradas por mulheres participando de plataformas multissetoriais	15	3
Indicador 15: Número de estratégias de paisagem produzidas por meio de um processo multissetorial	4	1
Indicador 16: Número de estudos de caso de paisagem incluindo resultados de gênero	4	1
Indicador 17: Número de intercâmbios para capacitação horizontal entre paisagens (envolvendo pelo menos 50% de mulheres)	10	2

Tipologia de Potenciais Projetos Comunitários e Critérios para Seleção de Projetos

A primeira Oficina de Consulta na Paisagem do Sertão do Pajeú foi realizada em novembro de 2019 e envolveu 25 participantes de diversas comunidades e assentamentos, bem como parceiros de ONGs, órgãos municipais e estaduais e sindicatos de trabalhadores, entre outros. Nessa oficina foi realizado um trabalho em grupos para levantar pontos positivos e negativos a respeito das principais características ambientais, sociais e econômicas dos municípios que compõem a paisagem; da produção agrícola e criação de pequenos animais; das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas nas áreas naturais de Caatinga; da comercialização dos produtos; da organização comunitária; dos principais projetos e iniciativas e seus impactos; e dos principais parceiros das comunidades. A partir desses pontos levantados, os grupos identificaram ações e iniciativas prioritárias para a paisagem.

Uma segunda oficina foi realizada em abril de 2022 com o objetivo de atualizar as informações colhidas em 2019 e iniciar discussões e articulações necessárias para a implementação do Projeto.

Os temas prioritários identificados nas oficinas

de consulta regional no Sertão do Pajeú e nas outras paisagens serão promovidos por meio de um edital de apoio a pequenos projetos ou projetos de consolidação, junto a organizações de base comunitária ou de assessoria atuantes na paisagem.

O lançamento deste edital do PPP-ECOS está previsto para o final de 2022, e será supervisionado pelo seu Comitê Gestor Nacional (CGN), que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Os proponentes de projetos devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois anos. Não poderão ser apoiadas organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos e instituições de pesquisa.

Os projetos poderão incluir um ou mais temas, mas todos devem demonstrar contribuição para a ampliação da resiliência da paisagem por meio dos temas elencados.

Com relação à paisagem do Sertão do Pajeú, nas oficinas de 2019 e 2022 foram elenca-

dos vários temas prioritários e possíveis ações ou iniciativas a serem trabalhados na forma de pequenos projetos ou projetos de consolidação. A Tabela 3 traz uma lista de

possíveis ações e atividades propostas pelos participantes das oficinas, e seus respectivos indicadores para medir a efetividade da implementação.

Tabela 3: Propostas de ações e atividades com seus respectivos indicadores para medir a efetividade da implementação de projetos do PPP-ECOS/GEF-7

Temas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Água e biodiversidade	Promoção de tecnologias de captação de água da chuva e tecnologias sociais de baixo custo, como reuso de águas cinzas e fogões agroecológicos	Número de tecnologias instaladas, volume de água armazenado, número de famílias com acesso às tecnologias ampliado
	Monitorar e qualificar ações e denúncias a respeito de danos ambientais.	Número de relatórios ou denúncias encaminhados aos órgãos de defesa do meio ambiente
Criação de animais	Aprimoramento do manejo das criações na Caatinga e o suporte forrageiro	Incremento na produtividade, diminuição no custo da produção, incremento da renda gerada
	Resgate e multiplicação de raças tradicionais	
	Comercialização de carne e leite de caprinos	
Agroextrativismo: produção, beneficiamento e comercialização	Programas de sementes crioulas e ampliação do acesso aos bancos e casas de sementes.	Volume de produção, renda gerada, novas culturas incorporadas no sistema produtivo, variedades crioulas resgatadas, novos mercados acessados, número de famílias obtendo renda a partir das iniciativas apoiadas pelo projeto
	Fortalecimento dos quintais produtivos e hortas	
	Valorização da agricultura familiar e produção agroecológica, com apoio a feiras e campanhas de divulgação	
	Fortalecimento da meliponicultura e apicultura	
	Apoio a vendas on-line de produtos, por meio de capacitação e acesso a aparelhos	
	Apoio ao beneficiamento e regularização de produtos como polpas, doces, sabonetes e plantas medicinais	
Artesanato	Apoio à produção e comercialização do artesanato	Incremento da renda gerada, novos mercados acessados, quantidade de produtos comercializados e número de famílias atendidas
Mulheres e jovens	Apoiar processos formativos visando autonomia política, organização produtiva e geração de renda, para o enfrentamento da violência contra a mulher e garantia da continuidade dos espaços conquistados	Número de iniciativas protagonizadas por mulheres e jovens
	Capacitar jovens com oficinas de comunicação popular para gerar conteúdo para redes sociais sobre conservação da Caatinga	
	Promover oficinas ministradas por mulheres sobre agrotóxicos	
Gestão territorial/incidência política	Fortalecimento de organizações de base comunitária para fazer a gestão institucional	Número de pessoas capacitadas, número de organizações envolvidas, número de intercâmbios realizados
	Fortalecer as organizações não-governamentais (territoriais) locais	
	Ampliar a troca de experiências e intercâmbios entre as regiões	

Plano de Monitoramento e Avaliação

As oficinas de consulta realizadas durante o processo de elaboração do projeto, em 2019 e novamente em 2022, trouxeram uma ampla mobilização das organizações da sociedade civil da paisagem. Estas oficinas foram um ponto de partida para uma ferramenta central do Projeto que são as plataformas multissetoriais de parceiros. Para alcançar impactos na escala da paisagem, o projeto criará em cada paisagem uma “plataforma multissetorial de parceiros” (ou, simplesmente, uma rede de parceiros) para manter uma estratégia de diálogo estreito entre comunidades tradicionais e agricultores familiares e seus parceiros institucionais, sejam estes governos locais ou organizações da sociedade civil. O parceiro estratégico de cada paisagem terá o papel de ser um impulsionador institucional, com a responsabilidade de animar a plataforma multissetorial e apoiar seu funcionamento.

No contexto da plataforma multissetorial, o parceiro estratégico regional será responsável por promover discussões, oficinas e outros eventos em que o planejamento no nível da paisagem esteja em destaque. Os diferentes atores interessados se reunirão para um processo participativo de tomada de decisão, buscando estabelecer acordos que resultem em

apoio a sistemas multifuncionais de uso da terra, paisagens mais resilientes e com conectividade ecológica, no contexto do desenvolvimento sustentável e da proteção e mitigação ambiental das mudanças climáticas. Na medida em que o projeto se desenvolver, as plataformas multissetoriais também funcionarão como fóruns para a apresentação, discussão e disseminação dos resultados do projeto.

Na fase de implementação dos pequenos projetos, o parceiro estratégico terá papel de alinhar todos os projetos apoiados na paisagem e apoiar no monitoramento dos projetos, fornecendo assistência técnica e administrativa às organizações comunitárias. Outras atividades que serão lideradas pelo parceiro estratégico são intercâmbios entre agricultores, feiras de sementes locais ou regionais, oficinas temáticas e capacitações, entre outras. Caberá também ao parceiro estratégico desenvolver pilotos com tecnologias consideradas inovadoras ou pouco conhecidas na região, mas que mostram potencial para uma aplicação mais ampla.

Por parte do ISPN, o monitoramento dos projetos seguirá sendo um trabalho muito cuidadoso e atento pela parte da equipe técnica, da



mesma forma que vem sendo feito há 25 anos. O monitoramento é realizado por meio de relatórios periódicos, reuniões virtuais, contatos frequentes por e-mail e mensagens, bem como visitas presenciais.

Os projetos serão acompanhados por meio de uma plataforma para gestão de projetos denominada WeLight. Todas as informações relativas a contatos, planos de trabalho, orçamentos, situação dos desembolsos, emissão de certificados e registro de monitoramentos serão geridas dentro da plataforma.

O recurso destinado a cada projeto é repassado por meio de três ou quatro parcelas. Os desembolsos do projeto são realizados da seguinte forma: uma primeira parcela é desembolsada no momento da assinatura do

contrato e as demais parcelas são desembolsadas após o envio e análise do relatório de progresso que contém informações sobre o andamento das atividades e a execução financeira. Cada relatório gera um parecer técnico específico de monitoramento que é enviado para os beneficiários. O monitoramento dos Indicadores se dá por meio dos Relatórios de Progresso. A partir desses relatórios é possível alimentar o Sistema de Gestão de Pequenos Projetos. As informações que constam dos relatórios serão utilizadas para fins de preenchimento dos indicadores desagregados, tais como produtos, número de beneficiados, gênero, aplicação de novas tecnologias, hectares de áreas degradadas restauradas, entre outros. Informações complementares são obtidas por meio de visitas técnicas in loco.



Plano de Gestão de Conhecimento

O ISPN tem uma estratégia eficaz de replicação e gestão do conhecimento, trabalhando com organizações locais e regionais para desenvolver e compartilhar metodologias, práticas e tecnologias. Esse conhecimento vem sendo compartilhado por meio de intercâmbios de saberes, publicações, interface com a academia e articulações de governança com o poder público. Ao longo dos anos, o ISPN tem publicado uma série de publicações sobre boas práticas no agroextrativismo, o beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e o associativismo. Mais recente, vem trabalhando com mídias sociais

e vídeos. Tanto as publicações e mídia podem ser acessados por meio do site do ISPN.

O ISPN também participa ativamente em várias redes, como a Rede Cerrado, que são oportunidades para divulgação de boas práticas e inovações. No âmbito específico do projeto, os intercâmbios trazem a perspectiva de desenvolvimento de conhecimento, como oportunidades de aprendizagem entre pares em vários cenários. As plataformas multissetoriais também serão espaços de divulgação e disseminação dos conhecimentos gerados ao longo do projeto.



Anexo I - Lista de participantes das oficinas de consulta na paisagem

Nome	Comunidade/Instituição	Oficina de 13/11/2019	Oficina de 19/04/2022
Apolônia Silva	Rede de Mulheres do Pajeú, Conselho da Mulher	X	X
Elizabeth Nobre	Rede de Mulheres do Pajeú	X	
Manoel Barbosa	Cecor	X	X
Lucineide Lardeiro	Grupo de Mulheres Raízes do Campo, Casa de Semente, Associação Mista de Afogados da Ingazeira, Sindicato do Trabalhadores Rurais Afogados	X	
Gilmar Arruda	Comitê de Educação no Campo, Secretaria Assistência Social	X	
Raquel Moura	Casa da Mulher do Nordeste	X	X
Adilson Viana	Diaconia	X	X
Maria de Lourdes Siqueira	Grupo de Mulheres Sonhadoras do Sertão, AASP, APOMEL, São José do Egito	X	X
Eduardo Leite	Associação Mista, Casa de Sementes, AASP, APOMEL, Sindicato de São José do Egito	X	
Ana Lucia Lucena	Sindicato do Trabalhadores Rurais Afogados da Ingazeira	X	
Maria Risolene Bezerra	Coordenadoria da Mulher (município de Afogados da Ingazeira)	X	
Vânia Maria Santos	Movimento da Mulher trabalhadora Rural de PE	X	
Maria Sueli da Silva	Grupo de Mulheres de Fortuna	X	X
Maria Joselma	Grupo de Mulheres de Fortuna	X	
Luzia Perfírio	Grupo de Mulheres, Associação Mista, Solidão	X	
Sara Rufino	Casa da Mulher do Nordeste	X	X
Michele Ferreira	Fórum de Mulheres do Pajeú	X	
Marcia Pereira	Associação Sítio Minadouro, Ingazeira	X	
Maria de Lourdes Nunes	Associação Sítio Minadouro, Ingazeira	X	X
Graciete Santos	Casa da Mulher do Nordeste	X	X
Ita Porto	Diaconia		X
Andréia Márcia	Associação Sítio Minadouro, Ingazeira		X
Poliana Siqueira	Associação de Agroecologia		X
Elias	Adessu		X
José Orlando Rocha Santana	Centro Sabiá		X
Suely Mota	Associação de Mulheres de Ingazeira		X
Maria José Souza	Associação Quilombola de Mirandiba		X
Maria Tatiane Souza	Associação Quilombola de Mirandiba		X
Maria Michele	CPT/Fórum de Mulheres do Pajeú		X
Wagda França	Casa da Mulher do Nordeste		X



